



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Direito á cidade)

Questão habitacional na Amazônia: uma análise a partir das condições de vida na cidade de Belém (PA).

Aricarla Batista de Oliveira¹
Aline Tarcila de Oliveira Lima²
Cindy Farias do Amaral³
Valéria de Brício Monteiro⁴

Resumo: A partir do debate sobre questão da habitação, apresenta-se uma análise acerca das condições de vida na cidade de Belém (PA), cujos dados (socioeconômicos e habitacionais) de fontes bibliográficas e secundárias, investigados, à luz do materialismo histórico dialético, evidenciaram a extrema desigualdade e precariedade no uso e ocupação do espaço urbano dessa cidade. Logo, aponta-se para a necessidade do aprofundamento de estudos e pesquisas que revelem a desigualdade e a diversidade territorial como eixo central para a orientação de políticas urbanas e habitacionais, na direção da inserção e pertencimento às cidades.

Palavras-chave: Questão habitacional; Condições de vida; Amazônia; Belém (PA).

Abstract: From the debate on the issue of housing, an analysis is presented about the living conditions in the city of Belém (PA), whose data (socio-economic and housing) investigated, in the light of dialectical historical materialism, highlighted the extreme inequality and precariousness in the use and occupation of urban space in this city. Therefore, it points to the need for in-depth studies and research that reveal inequality and territorial diversity as a central axis for guiding urban and housing policies, towards insertion and belonging to cities.

Keywords: Housing issue; Life conditions; Amazon; Belém (PA).

¹ Assistente Social, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA), Mestre em Serviço Social; aricarla.oliveira@icsa.ufpa.br

² Assistente Social, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA), Mestra em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia; e-mail; alinetarcila@gmail.com

³ Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA), cindyfariasdoamaral@gmail.com

⁴ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (FASS/UFPA), bricioval@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta uma reflexão acerca das condições de vida de frações da classe trabalhadora da cidade de Belém (PA), em especial dos moradores de territórios compreendidos como favelas e comunidades urbanas, a partir da interlocução da questão social⁵ e questão habitacional, à luz do materialismo histórico dialético, que visa articular o objeto singular às leis e tendências universais, inscritas em sua particularidade histórica (MARX, 2013).

Nesse sentido, o primeiro item do desenvolvimento, apresenta um debate sobre a questão da habitação como produto da sociedade capitalista de produção e reprodução social, cujo acesso à moradia digna e à cidade é desigual para grande parcela da classe trabalhadora, destacando-se nesse processo, o território amazônico, e suas singularidades regionais atreladas aos processos de urbanização da região, forjados na apropriação e exploração da natureza e do ser humano. Como subitem dessa análise, apresenta-se um debate sobre os territórios de moradia da classe trabalhadora, abordando as novas nomenclaturas e conceituação escolhidas, e a particularidade desses territórios na cidade de Belém(PA), cuja precariedade habitacional expressa condições desiguais no uso e ocupação do espaço urbano. Finalizando o debate com uma análise sobre as condições de vida de frações da classe trabalhadora da cidade de Belém(PA), cujos dados socioeconômicos e habitacionais (serviços urbanos básicos; trabalho e renda; atendimento socioassistencial), evidenciam a precariedade, desigualdade e segregação na produção do espaço urbano e na vida de famílias que constroem e resistem nos diferentes territórios dessa cidade.

O debate visa contribuir com a pesquisa científica e com o trabalho no âmbito das políticas públicas, tendo em vista que, analisar as condições de vida da população a partir de especificidades em distintos contextos brasileiros, entre eles o urbano amazônico, é indispensável, não só para identificá-las, mas também, para reconhecer a heterogeneidade desses territórios, evidenciando a exigência da construção de políticas que atendam, efetivamente, as diferenças e diversidades das necessidades regionais e territoriais brasileiras (TRINDADE JR., 2010). Vale ressaltar que esse debate é muito caro ao Serviço Social, e demais áreas de produção de conhecimento que buscam, não só a defesa e

⁵ A questão social é compreendida a partir do debate de Yamamoto e Carvalho (2007, p.77), que afirmam: “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. E ainda, conforme Netto (2011) a questão social manifesta o fenômeno do pauperismo da vida social, que segundo Yazbek (2018), são manifestações indissociáveis das relações contraditórias e desiguais entre as classes sociais, portanto, a questão social também se expressa nas resistências e disputas políticas.



garantia dos direitos sociais dos trabalhadores, mas também, a superação da exploração do trabalho pelo capital, logo, a transformação social, na direção da emancipação humana.

2 CIDADE CAPITALISTA E A QUESTÃO HABITACIONAL

A histórica desigualdade no uso e ocupação do solo no modo de produção capitalista, já foi evidenciada por autores clássicos e contemporâneos, com base na tradição marxista, dentre eles: Engels (2010; 2015); Lefebvre (1999); Lojkine (1997); Harvey (2005); Santos (1993); Maricato (2001; 2015). Os estudos dos referidos autores demonstraram inúmeras expressões da contradição entre capital/trabalho materializadas nas condições de vida das frações da classe trabalhadora, e, dentre os rebatimentos, tem-se a produção de espaços precários de moradia, que, somados à dinâmica de expansão das cidades e às limitadas ações estatais, no que se refere ao atendimento das condições de reprodução social, refletem a precariedade, segregação e a desigualdade na produção do espaço urbano e da vida, em todas as suas dimensões.

Como materialidade de relações históricas entre os homens, a cidade é compreendida como lócus de (re)produção social capitalistas, onde expressa, por um lado, as relações materializadas na divisão sociotécnica do trabalho, na separação homem-natureza, na atomização das relações e nas desigualdades sociais, e por outro, nas lutas de classes antagônicas e diversas (CARLOS, 2009). É na cidade que a acumulação da riqueza caminha a par com a miséria, travando-se a luta por condições mínimas de vida e de direitos básicos (CARLOS, 2009).

De tal modo, como expressão territorial da socialização contraditória, a cidade é caracterizada pela concentração dos meios de consumo coletivo (infraestrutura de serviços), e pelo modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (capital e força de trabalho), haja vista, a necessidade capitalista de acumulação de riquezas (LOJKINE, 1997). Portanto, a cidade constituiu-se como essencial para a materialização do capital, pois, ao mesmo tempo que a cidade concentra as exigências do desenvolvimento do capital, ela reúne as condições necessárias à reprodução social da classe trabalhadora. (PINTO, 2005; LIMA, 2018). Por outro lado, também conforma, em sua estruturação, a concentração e disputa de distintos agentes produtores do espaço – Estado, proprietários de terra, empresas imobiliárias e de construção, frações da classe trabalhadora – que diante das contradições, concorrem e definem a reorganização espacial e territorial, estabelecendo sua seletividade e valorização (LIMA, 2018).

Logo, é na cidade capitalista que a habitação, passa de bem coletivo, para mercadoria de acesso desigual, ficando grande parcela da classe trabalhadora



impossibilitada de alcançá-la (HARVEY, 1980). Dessa forma, a ocupação de terras e imóveis ociosos, através da autoconstrução e com a ausência de técnicas e materiais adequados, em geral, em áreas de risco, insalubres e inseguras, com pouca ou nenhuma infraestrutura de serviços, se constituíram, historicamente, como a principal forma de acesso à habitação para frações da classe trabalhadora (MARICATO, 2001; CARDOSO, 2016). Expressando, portanto, uma estratégia de sobrevivência e resistência às explorações e apropriações do modo de produção capitalista (CORRÊA, 2004); tendo em vista que, as resistências sociais também são inerentes à sociedade urbana, logo, o ato de morar é um ato de resistência, uma condição revolucionária, pois se opõe às imposições/homogeneizações do capital (LEFEBVRE, 1999).

Contudo, os mecanismos formais de acesso à terra e à moradia, seja pela via do mercado, seja via políticas públicas, são historicamente insuficientes, atendendo apenas parte das necessidades habitacionais da classe trabalhadora, e usualmente por meio de soluções de baixa qualidade e escassez no acesso e na integração à infraestrutura básica (CARDOSO, 2016). Consequentemente, a segregação socioespacial é elemento essencial ao capital, “agravando a questão urbana enquanto expressão concreta da questão social” (PAZ, et al, 2018, p. 110); resultado de uma perversa intervenção econômica, social e política, de grandes rebatimentos para a classe trabalhadora, que não tem acesso à terra, à casa e, aos serviços urbanos essenciais, muito menos, ao trabalho e à renda [...] (FERNANDES, 2005).

Assim, a questão da habitação se expressa não apenas pela sua insuficiência ou ausência, mas também pela precariedade no que diz respeito ao atendimento das principais necessidades humanas (ENGELS, 2015), e direitos sociais (RAMOS; SÁ, 2002; MARICATO, 2015); isto é, abrange outras expressões da questão social, como: a insegurança alimentar, a miséria, o baixo nível de escolaridade, o desemprego/subemprego e mesmo ao emprego mal remunerado (CORRÊA, 2004).

Especificamente na região norte, as cidades apresentam particularidades regionais em seu processo histórico de formação e urbanização, na qual o processo de sua ocupação foi forjado, dentre outros discursos, no de espaço vazio, onde a Amazônia seria “terra sem homens, para homens sem terra”, desconsiderando as vidas indígenas, quilombolas e de milhares de famílias ribeirinhas e da floresta que aqui habitavam, onde, “ainda hoje, pequenos e grandes confortos do consumo metropolitanos nacionais e internacionais estão associados a estas velhas práticas,” que exploram a região e se apropriam do espaço, seja para produzir energia elétrica, ou explorar minério, e poluir os rios, seja para produzir carne e soja, e vender nos mercados asiáticos e europeus, etc. (PONTE, et al. 2020, p. 4).

Dessa forma, é preciso reconhecer que a região amazônica possui singularidades populacionais, climáticas, territoriais, culturais, etc, que estão relacionadas ao conjunto de



normas que regem sua organização socioespacial, mantendo o controle sobre as atividades econômicas, que se traduzem em cada realidade específica, construindo diversidades territoriais, associadas a aplicação dos programas nacionais e de desenvolvimento regional, incorporados a partir dos interesses do capital, nacional ou internacional (NASCIMENTO, 2016).

Destaca-se, nesse sentido, a implantação do modelo modernizante higienizador, a partir da década de 1960, que tornou a dinâmica da região de forma heterogênea no seu processo de ocupação, revelando elementos de singularidades nos espaços urbanos amazônicos, e ainda, sua condição de periferia do sistema capitalista brasileiro, que garantiu recursos naturais e humanos, a partir de condições precárias de sobrevivência e ausência de reinvestimento do lucro obtido através da exploração dos recursos naturais e humanos, via atividades econômicas aqui instaladas (NASCIMENTO, 2016).

Logo, para que se compreenda as dinâmicas e relações na região norte é preciso considerar, dentre outros elementos da formação do espaço amazônico: “os baixos índices socioeconômicos, as características climáticas e físicas da região, a questão cultural fortemente presente, os conflitos fundiários e ambientais”, além das condições e práticas de trabalho existentes, como: a agricultura, o extrativismo, as atividades informais e com baixa qualificação, etc. (SAKATAUSKAS; FEITOSA, 2022, p. 84). Assim como, as lutas de resistência popular, fortemente encontrada nos processos de uso e ocupação do solo urbano e rural, que se expressam, por exemplo, nas (auto)construções de moradias com materiais locais, como a madeira; na relação entre habitação e rio/floresta; na composição étnico-social da população, uma vez que muitas cidades têm composição demográfica formadas por comunidades indígenas e povos tradicionais que são multilinguísticos, com necessidades específicas de serviços urbanos e habitacionais que precisam ser incorporadas ao planejamento político (SAKATAUSKAS; FEITOSA, 2022, p. 84).

Portanto, analisar as condições de vida na cidade, em especial no espaço urbano amazônico, torna-se fundamental para garantir a visibilidade regional, subsidiar estratégias de enfrentamento, instigar mudanças e aprimoramentos que incorporem as diversidades, desigualdades e potencialidades regionais e locais no desenvolvimento de políticas públicas habitacionais no território amazônico. É a partir dessa compreensão, que se problematiza as condições de vida na cidade de Belém (PA), revelando a precariedade nos territórios de moradia de frações da classe trabalhadora, as quais expressam a histórica desigualdade social no uso e ocupação do espaço urbano dessa cidade.

2.1 Territórios de moradia da classe trabalhadora e a particularidade da cidade de Belém (PA).



No Brasil, os termos: invasões, favelas, baixadas, loteamentos irregulares, dentre outros, são historicamente utilizados para denominar as áreas precárias de moradia do país, cujo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizou, desde o Censo de 1991, o conceito e metodologia de aglomerados subnormais, cuja definição compreende: uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia (públicos ou privados) para fins de habitação popular em áreas urbanas, com no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas, palafitas, etc), e que, em geral, possuem um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais, etc. Contudo, com o avanço na luta histórica pelo reconhecimento e identidade dos movimentos populares, bem como, na discussão de intervenções urbanísticas em áreas de moradias de frações da classe trabalhadora, ocorreram críticas por parte dos movimentos sociais, órgãos governamentais e estudiosos da questão, em relação à denominação e conceituação utilizada pelo IBGE.

Dessa forma, após ampla discussão⁶, o IBGE, a partir do Censo demográfico de 2022, retoma o termo favela (utilizado pelo órgão desde 1950), e acrescenta o termo comunidades urbanas para tratar desses complexos territórios de vida, a partir de uma nova compreensão. Apesar de, ainda, não haver alteração no conteúdo dos critérios que estruturam a identificação e o mapeamento dessas áreas, no que tange a coleta do Censo 2022, importa enfatizar que, os novos termos escolhidos vinculam-se à reivindicação histórica dos movimentos sociais, como um elemento de afirmação, que reforça a sociabilidade, a identidade e as formas próprias de organização desses territórios, ou seja, o novo conceito reconhece esses espaços como territórios de vida com direitos não atendidos, evidenciando a desigualdade socioespacial da urbanização brasileira, ao contrário, da antiga conceituação, que os compreende como subnormais e em desacordo com a legislação (IBGE, 2024).

Portanto, a mudança de nomenclatura evidencia não só os problemas no uso da antiga expressão aglomerado subnormal, mas também, a necessidade de aperfeiçoamento da produção de informações sobre esses territórios, além do reconhecimento do direito à moradia adequada como direito humano fundamental, reconhecido pela Declaração Universal de 1948 e previsto na Constituição Federal brasileira de 1988 (IBGE, 2024), cuja discussão conceitual, definido pela Organização das Nações Unidas (ONU), abrange critérios que devem envolver um nível básico de qualidade de vida, como: segurança da

⁶ Entre os dias 25 e 29 de setembro de 2023, o IBGE realizou em Brasília-DF, o Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações acerca das Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil, com o objetivo de promover o diálogo entre diferentes sujeitos envolvidos com a temática (academia, movimentos sociais e instâncias do poder público), visando a reflexão e sistematização de novas abordagens concernentes às favelas e comunidades urbanas brasileiras, no que tange, especialmente, à produção, análise e disseminação de informações estatísticas.



posse; disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; custo; habitabilidade; acessibilidade; localização e adequação cultural. Desta forma, a moradia adequada e o tratamento da precariedade habitacional exigem a produção e a transformação da cidade por meio de uma lógica que se contraponha a racionalidade mercantil-rentista, racista e discriminatória que sempre estiveram no desenvolvimento brasileiro (DENALDI, 2022).

Contudo, como as desigualdades são indissociáveis do modo de produção capitalista, a questão habitacional se manifesta enquanto expressão essencial da questão social, isto é, como ferramenta indispensável para a lógica burguesa. Por conseguinte, as análises de Engels (2010; 2015), sobre as péssimas condições de vida da classe trabalhadora na Inglaterra, deflagradas no século XIX, durante a Revolução Industrial, ainda se apresentam pertinentes, dando base para interpretações e crítica radical das atuais condições de vida de frações de classe trabalhadora no mundo todo (SANTANA; CRUZ; RIBEIRO, 2020); cuja realidade brasileira, estruturada historicamente por desigualdades que aprofundam, as precárias condições de vida da população nas grandes cidades, estão expressas nos diferentes níveis de renda e salários; no acesso à terra urbana e rural, e serviços públicos; nas diferenças de oportunidades entre homens e mulheres, brancos e negros, heterossexuais e a comunidade LGBTQs+, acentuadas, ainda, pela desigualdade socioterritorial.

Na particularidade da cidade de Belém (PA), compreende-se que seu processo histórico de formação teve, inicialmente, suas áreas alagáveis ou alagadas, conhecidas como baixadas⁷, como a principal estratégia de moradia para as frações da classe trabalhadora, geralmente, vindas das regiões das ilhas e de outros municípios do estado do Pará, em busca de melhores condições de vida. Conseqüentemente, o adensamento dessas áreas reforçou a tendência de segregação socioespacial, cuja localização era próxima das áreas centrais da cidade, onde as terras eram mais altas, atendidas com infraestrutura urbana e serviços básicos, em sua maioria, habitada por famílias da burguesia regional. Contudo, a partir das intervenções urbanas, já orientadas pelo modelo higienista de política voltado para o embelezamento de cidades, intensificado em Belém, na década de 1970 (PORTELA et al., 2018), se deu, também, a intensificação da expansão urbana da Região Metropolitana de Belém (RMB), que se expandiu para as rodovias Arthur Bernardes, Tapanã e parte da BR-316, além das avenidas Pedro Álvares Cabral e Augusto Montenegro, onde grande parcela da população encontrou oportunidades de ocupar o solo, e construir

⁷ Áreas localizadas abaixo da curva de nível de altitude igual a 4 metros, onde, em geral, as famílias construíam suas moradias em madeira, suspensas por estacas, conhecidas como palafitas, formando uma rede complexa de diversos tipos de relações (parentesco, amizade) (ABELÉM, 1988; RODRIGUES, 1996; TRINDADE JR, 1997);



estratégias de sobrevivência. Já a partir dos anos de 1990, “a complexidade dos mecanismos de exploração e espoliação urbana” (PORTELA et al., 2018, p. 162), aprofundou a segregação socioespacial em Belém, intensificada com novas intervenções urbanísticas, dessa vez, financiadas e orientadas por agências multilaterais de crédito, cujo modelo de gestão de cidades, prioriza a infraestrutura física, para a atração de negócios, turismo e empresas capitalistas, ou seja, para a mercantilização das cidades (SANTANA, 2013; PORTELA et al., 2018).

Dessa forma, os territórios de vida, hoje compreendidos como favelas e comunidades urbanas representam, de forma mais aguda, a desigualdade na ocupação do espaço urbano da cidade de Belém, refletindo a manutenção da ordem estabelecida pelo modo de produção capitalista. Portanto, ressalta-se a importância do desenvolvimento de estudos e pesquisas que permitam conhecer, mapear e analisar, de forma mais minuciosa, a questão habitacional, em especial em territórios como o amazônico, visando alcançar as particularidades territoriais, sem desconsiderar as singularidades de modos de vida urbana; isto é, reconhecer que a vida vai além das necessidades reais imediatas: “comer, beber, vestir, ter um teto para morar”, pois “a cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir” (CARLOS, 2009, p. 26).

2.1.1 Análise das condições de vida na cidade de Belém (PA) a partir de indicadores socioeconômicos e habitacionais.

Em 2010, cerca de 12 milhões de brasileiros viviam em territórios precários de moradia (IBGE, 2010). Em 2020, o IBGE estimou a existência de 13.151 favelas, localizadas em 734 municípios, em todos os estados e no Distrito Federal, totalizando 5.127.747 domicílios em todo país (IBGE, 2020). Nessa direção, a cidade de Belém (PA), inserida no processo de produção desigual do espaço, se apresenta, segundo o Censo de 2010 do IBGE⁸, como a capital brasileira com a maior proporção de pessoas residindo territórios precários, tendo em vista que, diante do total de habitantes em 2010 (1.393.399 pessoas), mais da metade (54,5%) morava em favelas/comunidades urbanas. Recentemente, em 2020, o IBGE apresentou dados que apontam a capital como o município (dentre os que possuem mais de 750 mil habitantes) com o maior percentual de domicílios ocupados em favelas/comunidades urbanas: foram estimados 406.512 domicílios ocupados em Belém, e mais da metade (55,49%: 225.577), estariam localizados em áreas de moradia precária (IBGE, 2020).

⁸ Segundo as últimas informações do IBGE, os dados do Censo 2022, acerca das favelas e comunidades urbanas, serão divulgadas no segundo semestre de 2024. Por isso, tomou-se como referência, os dados disponibilizados pelo Censo 2010.



Esses dados revelam a desigual produção do espaço urbano do município Belém, que se expressa, ainda, quando se observa o quantitativo de favelas/comunidades urbanas existentes na capital: 101 unidades, correspondendo, aproximadamente, a 193.557 domicílios e 758.524 pessoas (IBGE, 2010); cujos serviços urbanos se apresentam escassos ou inacessíveis para grande parte da população que compõe esses territórios e precisa recorrer à estratégias de sobrevivência de grandes riscos à vida.

Observando os dados sobre abastecimento de água é possível verificar que, a maioria das famílias que reside nesses territórios, faz uso de água através de poço; carro pipa; ou água da chuva; e ainda, através do rio, açude, lago ou igarapé, como, por exemplo, na favela conhecida como Jardim Independência, onde 94% dos domicílios não é atendido, regularmente, pelo abastecimento de água via rede geral do município e precisa recorrer à diferentes formas de acesso à água diariamente (IBGE, 2010). Quando se trata da coleta de lixo, a precariedade também está presente na grande maioria dos domicílios desses territórios, como por exemplo, na favela do Riacho Doce, onde 53% dos domicílios não são atendidos com coleta de lixo regular, e, portanto, precisam recorrer à outras estratégias de descarte, como: queimada; aterramento; descarte em terreno baldio ou logradouro; descarte no rio (IBGE, 2010).

Quanto ao serviço de energia elétrica, há uma enorme insegurança em relação ao abastecimento, tendo em vista que, diante do total de domicílios em áreas de favelas/comunidades urbanas de Belém (193.557), verificou-se que, 26,50% dos domicílios ainda enfrentam situações como: compartilhamento de medidor; abastecimento com outras fontes de energia; ou mesmo com a inexistência do serviço (IBGE, 2010). Soma-se ainda, os dados sobre o serviço de esgotamento sanitário, cuja condição é a mais precária dentre os serviços urbanos, tendo em vista atender, pela rede geral de esgoto ou pluvial, apenas 30,32% dos domicílios situados nas favelas/comunidades urbanas; sendo que, em apenas 10 favelas a proporção é superior à 60% de domicílios atendidos por este serviço. Os dados evidenciaram, ainda que, em todas as 101 favelas existe uma significativa quantidade de domicílios que precisam recorrer à outras formas de esgotamento (fossa séptica; fossa rudimentar; vala, rio, lago e outro tipo), como os territórios: Bacia do Una (93,4%) e Tenoné (91%), por exemplo (IBGE, 2010).

Considerando a densidade populacional e o número de domicílios, respectivamente, de algumas das mais populosas favelas existentes em Belém, como: Baixadas da Estrada Nova/Jurunas (12.666; 53.129); Assentamento Sideral (10.274; 39.706) e Baixadas da Condor (9.415; 38.873) (IBGE, 2010); é possível pressupor a exposição dessa população, sobretudo, das frações mais empobrecidas, aos maiores riscos de contaminação com doenças relacionadas à precariedade de saneamento básico, e mais recentemente ao contágio da COVID-19, diante da necessidade das medidas de higiene e distanciamento



social, orientado para evitar a propagação do vírus. Situação que alarma para a necessidade de se aprofundar as análises sobre as condições de vida nas cidades, após a agudização da crise sanitária do COVID-19, cujos dados sobre a o município de Belém (PA) apontam que “até agosto de 2021, acumulavam 105.157 casos confirmados e 5.042 óbitos, com percentual de letalidade de 4,79% e mortalidade de 337,77 pessoas por cada 100 mil habitantes, superiores ao país e ao estado do Pará” (BELÉM, 2021a, p. 56).

Salienta-se, ainda, que apesar da agudização das desigualdades sociais, pela pandemia do COVID-19, com início no ano de 2020, a Fundação João Pinheiro (FJP, 2021), evidenciou, em 2019, que a região Norte apresentou a maior porcentagem (12,9%) do estoque de domicílios particulares permanentes e improvisados, e mais da metade dos domicílios com ao menos um serviço de infraestrutura inadequado (52,2%); com destaque para o crescimento no déficit, entre 2016 e 2019, de quase 16.000 domicílios urbanos, na RMB, que em 2019 (79.490 domicílios), teve a coabitação como componente de destaque em sua composição: 53,1% (FJP, 2021). O que evidencia, dessa forma, uma estratégia de moradia de milhares de famílias da classe trabalhadora, impossibilitadas de acessar esse bem socialmente produzido, mas mercadorizado/negado na sociedade capitalista.

Segundo informações do Plano Plurianual de Belém, em relação ao déficit habitacional em Belém, no ano de 2021, os dados apontavam para 92.194 imóveis, representando um aumento de cerca de 30% em relação ao déficit em 2010, que era de 69.203 domicílios, além de uma projeção de 94.630 imóveis para 2022, o que representa a necessidade da construção de mais 2.436 moradias, com um investimento estimado em mais de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) (BELÉM, 2021b). Dados que precisam ser atualizados após as publicações do Censo 2022 do IBGE, bem como, problematizados diante das obras e das mudanças nas políticas públicas de habitação que o país e o município atravessaram nos últimos anos.

Destaca-se ainda, a desigualdade socioeconômica no município, que se manifesta, por exemplo, na relação entre o volume econômico produzido (PIB), e a quantidade de famílias que enfrentam situação de pobreza e extrema pobreza. Para o ano de 2020, a participação de Belém no PIB do estado do Pará (R\$215.936) foi de R\$30.835.763,45, com o PIB per capita no valor de R\$20.562,10. Contudo, foi possível registrar, no município, cerca de 100 mil pessoas desempregadas, no 1º trimestre de 2020 (BELÉM, 2021a); e ainda, 278.850 pessoas inscritas no Cadastro Único, em 2021, entre as quais, 144.556 enfrentavam situação de pobreza e 134.294 situação de extrema pobreza; apresentando, até julho de 2021, uma cobertura de 115.711 famílias atendidas pelo Programa de transferência de renda: Bolsa Família (PBF) (BELÉM, 2021a); e, aproximadamente, 94 mil atendidos pelo Auxílio Emergencial, diante de mais de 10 milhões de pessoas em todo o país e 667.792 no estado do Pará (BRASIL, 2021).



Dados que reforçam a urgência do conhecimento e da incorporação das desigualdades urbanas regionais, onde se considerem as particularidades socioterritoriais, estabelecendo, dessa forma, cenários e planos de ação para políticas públicas que atendam as precariedades sociais de grande impacto na vida das famílias empobrecidas (TRINDADE JR, 2010).

3 CONCLUSÃO

Os diversos contextos de vivência, que compõem a complexa realidade do país, diante de suas dimensões continentais, apontam para a multiplicidade de fatores socioterritoriais que incidem sobre o cotidiano dos brasileiros, e afetam diretamente as condições de vida dos sujeitos, cuja desigualdade está enraizada pelo processo sócio-histórico de formação da sociedade brasileira (KOGA, 2015). Portanto, é de extrema relevância analisar e compreender a realidade por detrás dos “grandes números”, desvendando “os números miúdos” (KOGA, 2015, p. 24), que revelam as particularidades socioterritoriais, estabelecendo, dessa forma, cenários e diagnósticos que sejam capazes de subsidiar adequadamente a formulação de programas e estratégias políticas que atendam as precariedades sociais de grande impacto na vida das famílias empobrecidas, como o escasso ou inesistente acesso aos serviços urbanos essenciais, o déficit habitacional, entre outros dados apresentados no desenvolvimento desta pesquisa.

Como as condições de vida expressam, o desenvolvimento do trabalho em um determinado tempo histórico, de determinada organização social (MARX, 2013); é indispensável pensá-las a partir do ser social que interage na vida e produz o espaço urbano, em uma relação de reciprocidade, ou seja, na medida em que produz o espaço urbano, sofre as ações deste tipo de organização urbana em todas as dimensões da vida humana. Nesse sentido, evidenciou-se que as condições precárias de vida urbana, nesse caso, na cidade de Belém (PA), são extremamente alarmantes, quando se observa, por exemplo, o significativo número de territórios precários de moradia (101 favelas/comunidades urbanas), o enorme percentual de domicílios ocupados em favelas/comunidades urbanas (55,49%: 225.577); ou a quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica (144.556 enfrentavam situação de pobreza e 134.294 situação de extrema pobreza), etc.

Portanto, analisar as condições de vida da classe trabalhadora a partir de suas especificidades em distintos contextos brasileiros, entre eles o amazônico, onde se encontra a cidade de Belém do Pará, é indispensável para apontar a necessidade de incorporar as diversidades regionais, territoriais e urbanas, onde se considerem as desigualdades e as



diferenças, isto é, a urbanodiversidade⁹, no intuito de construir “efetivamente um conjunto de ações pautadas em diagnósticos e diretrizes que sejam permeáveis à realidade socioespacial, a qual, por sua vez, apresenta-se de forma plural e diversa” (TRINDADE JR., 2010, p. 253). Isto é, pesquisas mais profundas que revelem a diversidade e desigualdade territorial como eixo central para orientação de políticas urbanas/habitacionais (RIBEIRO, 2012), pois as particularidades, desigualdades e potencialidades precisam ser consideradas para a implementação das políticas públicas, que, na maioria das vezes, são planejadas por intervenções homogêneas e padronizadas ao conjunto das regiões brasileiras.

Busca-se com isso, a transformação social, na direção da inserção e pertencimento às cidades, aos espaços públicos, à mobilidade, à circulação, ao acesso aos serviços sociais (PAZ, et al., 2018), bem como, à moradia para além do abrigo e da segurança, como um direito ao acesso aos recursos que a cidade oferece, isto é, um direito humano de transformar a cidade na busca pela emancipação humana (HARVEY, 2014). Considerando que a cidade deve ser locus de produção e realização coletiva, em que todos deveriam ter acesso aos bens e intervir nas decisões sobre a produção do espaço em que habitam, ou seja, o debate do direito à cidade reflete-se no “direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2001, p. 117).

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléia Gomes. **Urbanização e remoção**: por que e para quem? 2 ed. Belém: NAEA, 2018.

BELÉM, Prefeitura Municipal de Belém. Fundação Papa João XXIII. **Plano Municipal de Assistência Social**. 2021a.

_____. Prefeitura Municipal de Belém. **Plano Plurianual de Belém (PPA) 2022-2025**. Belém, Belém, 2021b.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome. Famílias beneficiárias da folha de pagamento do Bolsa Família e do Auxílio Emergencial 2021 do público Bolsa Família. **Folha de Pagamento Ordinária do Auxílio Emergencial**, 2021. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br>. Acesso em: 07 de junho de 2023.

CARDOSO, Adauto. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: IPEA. **Caracterização e tipologia de assentamentos precários**: estudos de caso brasileiros – Brasília: Ipea, 2016.

⁹ Conforme Trindade Jr. (2010, p. 253), “a urbanodiversidade aparece como uma premissa de reflexão e de ação na construção de teorias e de agendas urbanas que superem o simples pensamento abstrato”, ou seja, é necessário considerar a diversidade territorial e urbana, em suas desigualdades e diferenças, para que se estimulem ações, no âmbito das políticas territoriais e urbanas, superando a simples obrigatoriedade do ato de planejar com base em documentos legais.



CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2009 (Coleção repensando a Geografia).

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

DENALDI, Rosana. Identificação e caracterização da precariedade habitacional: desafios conceituais e metodológicos. **Núcleos urbanos informais: abordagens territoriais da irregularidade fundiária e da precariedade habitacional/ organizadores: Cleandro Krause, Rosana Denaldi**. – Brasília: IPEA, 2022.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERNANDES, L. L. Trabalho Social e Habitação para População de Baixa renda: desafios a uma ação profissional democrática no início do século XXI. In: Gomes, M. F. C. M.; Pelegrino, A. I. C. (Orgs.). **Política de Habitação Popular e Trabalho Social**. Rio de Janeiro: Dp & A, 2005.

FJP, Fundação João Pinheiro. Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil. **Principais resultados para o período de 2016 a 2019**. Cartilha, 51p. Belo Horizonte, 2021b.

HARVEY, David. **A justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Cidades Rebeldes**. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010. Tabelas do SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

_____. **Aglomerados Subnormais 2019: Classificação Preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19**. Notas Técnicas. Nota técnica 01/2020. Rio de Janeiro, 2020.

_____. **Favelas e Comunidades Urbanas: IBGE muda denominação dos aglomerados subnormais**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 de fev. de 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. Política habitacional e questão da habitação: em tempo de dissolução de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**. v.2, p.1291–1310. UFAM: 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22nEp1291-1310>



LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. **As singularidades do processo de urbanização da Amazônia**: uma leitura a partir das cidades de Porto Velho (RO) e Marabá (PA). 252 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental.) – Universidade Federal do Pará, 2016.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAZ, Rosângela D. O. da; ARREGUI, C.C; BLANCO, M. A.; RODRIGUES, M. L. P. TABOADA, K. J. Trabalho Social na política habitacional: percursos, lacunas e desafios. In: SANTANA, Joana Valente. (Org.). **Habitação e Serviço social**: dimensões teóricas, históricas e metodológicas. 1ed.Campinas- SP: Papel Social, 2018, v. 01, p. 109-124.

PINTO, Marina Barbosa. Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. In: **Libertas**, Juiz de Fora, v.4 e 5, n. especial, p.92 - 117, jan.-dez / 2004, jan.-dez / 2005.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes; LIMA, José Júlio Ferreira; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; VENTURA NETO, Raul da Silva; SABINO, Thiago Alan Guedes; RODRIGUES, Roberta Menezes; HANTANI, Danielle Saori; BARROS, Nayara Sales. A região metropolitana de Belém: territórios precários, condições de infraestrutura, moradia e a COVID-19. **Observatório das Metrôpoles**. As metrôpoles e a COVID-19: Dossiê Nacional. LABCAM. FAU/UFPA. Belém, 2020. Disponível em: <Dossiê-Núcleo-Belém_Análise-Local_Julho-2020.pdf>. Acesso em: 01 set. de 2021.

PORTELA, Roselene de Souza; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; COSTA, Solange Maria Gayoso da; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Planejamento e gestão do trabalho social:duas faces do Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal em Belém (PA). In: **Habitação e Serviço Social**. Org. Joana Valente Santana. Ed. Papel Social, 2018. p. 161-179

RAMOS, Maria Helena Rauta.; SÁ, Maria Elvira Rocha de. A avaliação da política de habitação popular segundo critérios de eficácia societal. In: RAMOS, M. H. R. (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 1ª ed. p. 1511-168, 2002.

RIBEIRO, Rovaine. A Política Habitacional recente e sua expressão em municípios da Amazônia Oriental: os exemplos de São Sebastião da Boa Vista e São João do Araguaia – PA. In: SANTANA Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de (org.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém/PA: Ed. UFPA. 2012 (p. 215-246).

RODRIGUES, Edimilson Brito. **Aventura urbana**: urbanização, urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém. Belém: NAEA-UFPA/FCAP, 1996.



SANTANA, Joana Valente. **Gestão de Cidades no Brasil**: estratégias e orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Campinas, Papel Social, 2013.

_____.; CRUZ, S. H. R.; RIBEIRO, R. Questão da habitação e "questão social": reflexões sobre situação habitacional e lutas pela moradia no estado do Pará. In: CARVALHO, D. B. B. de; Stampa Inez; Santana, J. V.; SILVA, M. L. de O. (Org.). **Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos**. 1ed.São Paulo: Cortez Editora, 2020, v. 1, p. 73-88.

SANTO, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SAKATAUSKAS, Giselle de Lourdes Bangoim. **Precariedade habitacional em pequenas cidades paraenses**: análise a partir dos planos locais de habitação de interesse social. 202 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, 2015.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: UFPA, NAEA, 1997. 198 p.

_____. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. In: **Revista Cidades**, v. 7, n. 12, 2010. P. 227-253.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporális**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p.33-41, jan./jul, 2001.